

# Presidente do Bradesco desrespeita bancários

Octavio de Lázaro Júnior diz que terminou de 'cortar mato alto' se referindo às demissões de funcionários

A ganância, crueldade e desumanidade dos banqueiros não têm limites. Em referência ao corte de mão de obra através da política de demissão em massa de trabalhadores, o presidente do Bradesco, Octavio de Lázaro Júnior, disse em teleconferência que “agora, no quarto trimestre, nós terminamos de ‘cortar o mato alto’. E, a partir de 2021, será tiro no sniper. Nós iremos no detalhe de cada área para sermos mais eficientes”, declarou, causando grande indignação e mal-estar entre os bancários. A palavra “sniper”, significa franco-atirador.

“É impressionante a crueldade dos banqueiros, que tratam o trabalhador como se fora “mato” que precisa ser cortado e não vidas humanas, famílias, que precisam de seus empregos para o sustento e são na verdade, o maior patrimônio das empresas, pois os empregados constroem toda a riqueza dos patrões”, critica o diretor do Sindicato dos Bancários do Rio, Sérgio Menezes.

Para o sindicalista, a expressão “franco-atirador” deixa escapar que o banco ainda prepara a última bala para exterminar mais empregos.



Octavio Lazari Júnior, presidente do Bradesco, é um dos maiores entusiastas das reformas do governo Bolsonaro que prejudicam os trabalhadores

“A sociedade precisa saber que os bancos e grandes empresas privadas no Brasil acham que eficiência é explorar, assediar, adoecer e demitir. Vamos continuar denunciando essa desumanidade com paralisações, protestos e campanhas nas redes sociais”, acrescenta Menezes.

O Bradesco já demitiu cerca de dois mil trabalhadores em todo o país. Na sede do Sindicato, no Rio, não para de chegar bancá-

rios que foram dispensados para realizar a homologação. O Departamento Jurídico da entidade sindical tem conseguido reverter inúmeras dispensas ilegais, como no caso de empregados doentes, em licença médica e no período de pré-aposentadoria.

Santander e Itaú não permitiram que os funcionários demitidos fizessem a homologação no Sindicato, mas na própria empresa, o que torna o

trabalhador mais vulnerável no que se refere à proteção de seus direitos.

## ENTUSIASTAS DO GOLPE

A Reforma Trabalhista (lei 13.467/2017) revogou os §§ 1º e 3º do art. 477 da CLT, desobrigando a empresa de fazer a homologação junto ao sindicato da categoria. A mudança de regras aconteceu no governo Michel Temer, que assumiu a presidência da República após o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff. O projeto foi elaborado pelo então Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, sob a promessa de gerar milhões de novos empregos, o que de fato não aconteceu.

Os bancos apoiaram o impeachment de Dilma e o governo Temer. O presidente do Bradesco é um dos maiores entusiastas do governo Jair Bolsonaro e fez o papel de garoto-propaganda das reformas neoliberais impostas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento com mil agentes do sistema financeiro em Nova York, nos Estados Unidos, no ano passado.

## EM DEFESA DO EMPREGO

# Justiça reintegra mais um bancário do Bradesco

Juiz atende a alegação do Jurídico do Sindicato de que o banco descumpriu acordo firmado com a categoria de não demitir durante a pandemia

O Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro conseguiu mais uma vitória na Justiça, garantindo através de uma antecipação de tutela, a reintegração do bancário Luiz Eduardo Teixeira, do Bradesco.

O magistrado Munif Saliba Achoche, da 46ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, atendeu às alegações da advogada Natália Miranda, de que o próprio banco assumiu o compromisso de não dispensar trabalhadores durante a pandemia da Covid-19, conforme descrito no Relatório Capital Humano, no capítulo “Crise do



Cleyde Magno: “a cada trabalhador reintegrado são renovadas as forças para continuarmos trabalhando na defesa dos empregos e dos direitos dos bancários e bancárias”

Coronavírus”, em que o banco declarou que “também aderiu ao movimento #NãoDemita, pacto firmado entre empresas para preservar empregos e evitar a demissão de milhares de pessoas”.

## MAIS ILEGALIDADES

Na decisão, o juiz evoca ainda a responsabilidade social das grandes corporações financeiras prevista no artigo 3º, inciso I, da Constituição Federal e leva em consideração o fato de o empregado ter 52 anos de idade, o que tornaria ainda mais difícil o seu

reingresso no mercado de trabalho ante a crise sanitária e econômica que afeta o país.

Luiz Eduardo, que tem 23 anos de trabalho no Bradesco, estava em licença médica, mais um elemento de prova da ilegalidade de sua demissão.

“A cada trabalhador reintegrado, nossa equipe de advogados, funcionários e dirigentes sindicais tem as forças renovadas para continuarmos trabalhando na defesa dos empregos e dos direitos dos bancários e bancárias”, afirma a diretora do Departamento Jurídico do Sindicato, Cleyde Magno.

# Bancos são obrigados a emitir a CAT nos casos de covid-19

O Sindicato lembra à categoria bancária que a contaminação pelo novo coronavírus é considerada acidente de trabalho. Por isso, é importante cobrar do banco a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), nos casos de testagem positiva para ter garantidos todos os direitos. A emissão é obrigatória.

Para quem contrai a doença e se recupera a não comunicação do acidente de trabalho pode trazer dificuldades futuras considerando que a covid-19 pode apresentar sequelas. Quando elas ocorrem, é a comunicação feita por meio da CAT, que garante o recebimento do auxílio adequado, podendo ser afastado para tratamento, sem correr o risco de demissão ou de ficar sem o benefício do INSS.

“É importante a emissão da CAT, porque não sabemos se a doença trará reflexos futuros. A emissão registra o fato ocorrido, ou seja, é a prova que o trabalha-

dor pegou a covid-19 no local de trabalho”, explicou o diretor da Secretaria de Saúde do Sindicato, Gilberto Leal.

## RESPONSABILIDADE É DOS BANCOS

A advogada Natália Miranda, do Jurídico do Sindicato e da AJS, frisa que a exposição nas agências, neste momento de pandemia, somada à ausência do cumprimento por parte dos bancos dos protocolos da Organização Mundial de Saúde (OMS), ocasionou o aumento da contaminação na categoria. Explica que a contaminação acarreta ao banco a responsabilidade de indenizar e manter o emprego destes trabalhadores, tendo em vista que os danos são incalculáveis e imprevisíveis. E frisa: “No momento da contaminação se faz necessário a abertura da CAT, considerando que a Covid-19 é uma doença que pode apresentar sequelas”.



O Sindicato tem cobrado dos bancos a emissão. E orienta a denúncia à entidade dos casos em que isto não ocorrer, pois é um direito. Nas demissões de portadores da covid-19, a Secretaria de Saúde do Sindicato tem emitido a CAT e o Jurídico reintegrado ju-

dicialmente os atingidos, pleiteando ainda indenização por danos morais. A Justiça do Trabalho tem reconhecido a nulidade da demissão e determinado a reintegração, considerando que no momento da ruptura do contrato a bancária, ou o bancário, estava doente.

## Edital de Assembléia Extraordinária Específica do BB

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio De Janeiro, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por sua Presidente abaixo assinada, nos termos de seu Estatuto, CONVOCA todos os empregados do Banco do Brasil S/A, sócios ou não sócios, que atuem na base territorial deste sindicato, para se reunirem em Assembléia Extraordinária Específica que se realizará de forma remota/virtual durante o período das 08:00 horas até às 22:00 horas do dia 09 de dezembro de 2020, na forma disposta no site [www.bancariosrio.org.br](http://www.bancariosrio.org.br) (página oficial do Sindicato na Internet), onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para deliberação acerca da seguinte pauta: Discussão e deliberação sobre o Acordo Coletivo de Trabalho que regulamenta o Teletrabalho a ser celebrado com o Banco do Brasil S/A, com vigência de dois anos a partir da data da sua assinatura.

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2020

Adriana da Silva Nalesso  
Presidenta

## Comitê científico da Prefeitura sugere a volta de restrições e isolamento social

*Fechamento de escolas e proibição de banhistas em praias estão entre as medidas de prevenção aprovadas*

O Comitê Científico criado pela Prefeitura do Rio para analisar a situação da pandemia de Covid-19, sugeriu após reunião na última quarta-feira, dia 2 de dezembro, o retorno de medidas de restrições e isolamento social na cidade para conter o crescimento do número de casos e uma possível segunda onda da pandemia. O governo municipal ainda não se pronunciou sobre a sugestão.

Em menos de um mês e meio, a fila para internação de pacientes com Covid-19 subiu dez vezes no SUS (Sistema Único de Saúde).

Já nos hospitais particulares da cidade, a taxa de ocupação para Covid-19, na última terça-feira (1º), era de quase 100%. As UTIs na capital estavam com 98% das vagas ocupadas.

### TESTAGEM EM MASSA

O Governo do Estado do Rio de Janeiro divulgou também na

quarta-feira, um plano de testagem em massa da população do estado que teve início na sexta-feira, dia 4 de dezembro. Entretanto apesar de anunciar “testagem em massa”, as unidades anunciadas para testar foram poucas e pontuais: duas em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio, e outra em Volta Redonda, Sul do Estado.

No entanto, o governo promete ampliar o programa para outras três unidades em regiões onde houve aumento de casos de Covid-19. Os locais para os primeiros testes foram: Hospital Estadual Alberto Torres (São Gonçalo); UPA Colubandê (São Gonçalo) e Hospital Regional do Médio Paraíba Dra. Zilda Arns (Volta Redonda).

### AGENDAMENTO POR APLICATIVO

É possível agendar a testagem através do aplicativo “Dados do Bem”, realizando um cadastro e

respondendo a um simples questionário de autoavaliação.

As pessoas cujas respostas ao questionário apontarem para uma alta probabilidade de estarem com a Covid-19 puderam ser chamadas para a realização de testes.

O agendamento será de segunda a segunda, de 7h às 19h. O usuário receberá o dia e horário do agendamento na unidade mais próxima de sua casa pelo próprio aplicativo.

O resultado fica pronto em até 72 horas e também será enviado pelo aplicativo.

### AS MEDIDAS SUGERIDAS PELO COMITÊ

- Fechamento de escolas
- Proibição de banhistas em praias
- Proibição de aglomerações
- Fechamento mais cedo de bares e restaurantes

## BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso - Sede - Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 - Centro - Fax (Redação): (021) 2103-4112 - Sede Campeste - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) - Secretaria de Imprensa (imprensa@bancariosrio.org.br) - Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável Coletivo de Imprensa: Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - Editor: Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - Redator: Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - Diagramador: Marco Scalzo - Fotos: Nando Neves - Ilustração: Mariano - Secretário de Imprensa: Celedon Broca - Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 - Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 - Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 - Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 - Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 - Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 0



# Sindicatos querem prioridade para bancários na vacina contra Covid-19

Os sindicatos querem que a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) esclareça quais as regras básicas para os protocolos, preocupados com uma possível segunda onda da Covid-19 e o relaxamento nos últimos meses em relação aos cuidados necessários de prevenção. Além disso, reivindicaram a inclusão da categoria bancária entre os setores prioritários para a vacina contra a Covid-19, além do desconto das complementações do auxílio-doença. As demandas foram debatidas na mesa bipartite da saúde, realizada por via digital, entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban, na quarta-feira, dia 2 de dezembro.

## A SEGUNDA ONDA

A negociação ocorreu para tratar dos protocolos para prevenção da Covid-19 e em função do aumento da contaminação nesse final de ano, no que já está sendo chamado de



“segunda onda”. Qualquer problema quanto ao cumprimento de protocolos para a proteção dos trabalhadores deverá ser encaminhado ao canal retomado para ser solucionado. “Conseguimos avanços importantes nos protocolos de prevenção, mas é preciso retomar as medidas necessárias, pois houve um relaxamento e queremos que os bancários estejam entre as prioridades para receber a vacina”, disse o diretor da Secretaria de Saúde do Sindicato, Gilberto Leal. No encontro foi discutida também a

questão da concessão do benefício integral em casos de afastamento por doença e que tenha o reconhecimento do auxílio-doença. Os representantes da Fenaban disseram que essa discussão está sendo feita banco a banco.

## SETOR ESSENCIAL

Os sindicalistas querem acabar com a disparidade no tratamento dado sobre o tema entre os bancos e entre os próprios funcionários da mesma instituição financeira. Há si-

tuações onde o trabalhador tem alta e o banco quer descontar o que antecipou e mesmo desconta antes de o trabalhador receber do INSS. Outra preocupação é garantir que o desconto da antecipação seja parcelado, não comprometendo mais do que 30% do salário do trabalhador. Outro problema é que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) está demorando a pagar o auxílio-doença. Os sindicatos defendem que, enquanto não houver perícia e que não seja feito o pagamento pelo INSS, o bancário não deve ser descontado nas antecipações. Também foi discutida a necessidade de o governo incluir a categoria bancária entre os setores que terão prioridade para a vacina contra a Covid-19. O entendimento, tanto do Comando Nacional dos Bancários como da Fenaban, é de que a categoria é um dos setores essenciais para a sociedade durante a pandemia e que deve estar entre os setores que vão receber a proteção na fase inicial da vacinação.

## BANCO DO BRASIL

# Assembleia nesta quarta (9) decide sobre proposta de teletrabalho no BB

Nesta quarta-feira, dia 9 de dezembro, os funcionários do Banco do Brasil vão decidir em assembleia nacional - que em função da pandemia será por meio virtual - se aprovam a proposta de acordo feita pelo BB em mesa de negociação para regulamentar o teletrabalho. A votação acontecerá das 8h às 22h. Para participar, basta acessar o link no site do Sindicato ([www.bancariosrio.org.br](http://www.bancariosrio.org.br)). A orientação do Comando Nacional dos Bancários e da Comissão de Empresa dos Funcionários é pela aprovação. A proposta de regulamentação foi apresentada no último dia 24, após seguidas rodadas de negociação. Aprovada, valerá somente para depois da pandemia.

## HOUE AVANÇOS

Pelas regras atuais, estabelecidas pelo banco, não há nenhuma garantia. Nas negociações, houve avanços. Direitos importantes foram incluídos na proposta de acordo. Para Rita Mota, integrante da Comissão e diretora do Sindicato dos Bancários do Rio (Se-

ebRio), a proposição que está na mesa é muito positiva. “O acordo atende às premissas aprovadas na Conferência Nacional dos Bancários, entre elas, ajuda de custo, fornecimento de equipamentos de informática e acessórios, direito às pausas, cadeira ergonômica, headset e cursos de capacitação para o trabalho à distância. Por isto mesmo, a orientação é pela aprovação”, avaliou. Rita citou entre os progressos, ainda, o pagamento da ajuda de custo, que o banco queria fazer apenas a partir de julho. O Comando Nacional e a Comissão dos Funcionários pressionaram e o banco aceitou pagar assim que os funcionários aderirem à nova modalidade de trabalho.

## PRINCIPAIS ITENS DA PROPOSTA

• **Definição de Trabalho Remoto** - Toda e qualquer prestação de serviços realizada remotamente, de forma preponderante ou não, fora das dependências do banco ou em local diferente do de lotação do funcionário, com a utilização de tecnologias da informação e

comunicação.

• **Modalidades do Trabalho** - O trabalho remoto no BB poderá ocorrer: a) Na residência do funcionário, o qual se denomina home office; b) Em outras dependências do banco, empresas parceiras ou em coworkings (espaços colaborativos) internos, o qual se denomina on office. Excepcionalmente, há a possibilidade da realização do trabalho remoto fora da praça de lotação, por interesse do funcionário, sendo necessária a autorização do comitê da unidade gestora.

• **Equipamentos necessários** - Equipamento eletrônico corporativo (desktop ou notebook); Acessórios (mouse, teclado, headset); Cadeira ergonômica. Ajuda de custo de R\$ 80,00 por mês para funcionários que atuem em mais de 50% dos dias úteis do mês e tenham aderido ao trabalho remoto, na modalidade home-office. Outros itens do acordo - A adesão ao teletrabalho deve ser facultativa ao funcionário. Controle de jornada: o banco implantará um sistema de controle da jornada, para evitar que haja excesso de trabalho e “pedidos”

fora do expediente.

• **Desconexão** - serão dadas instruções e orientações para desconexão em horários fora do expediente. A manutenção dos equipamentos: será de responsabilidade do banco.

• **Preocupação com a saúde:** além de oferecer equipamentos ergonômicos, o banco se compromete a manter cuidados especiais com a saúde dos funcionários que exercerem suas atividades em home office.

• **Violência doméstica:** conforme estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, o banco criará uma Central de Atendimento para as bancárias vítimas de violência doméstica.

• **Auxílio refeição e alimentação e vale transporte:** serão mantidos os direitos aos vales refeição e alimentação e ao vale-transporte, este último, quando houver trabalho presencial. Acompanhamento pelo sindicato: os sindicatos terão acesso aos funcionários que exercerem seus trabalhos fora das dependências do banco.

## 13º salário: aposentados do Banerj recebem dia 18

O pagamento do 13º salário dos aposentados do Banerj será creditado no dia 18 de dezembro, segundo informações da coordenadora da folha da Previ-Banerj, Ivone Gloria Pinheiro. O pagamento será efetuado de maneira integral, pois o estado, ao contrário do que vinha fazendo nos últimos anos e diferentemente do que fizeram várias empresas e o INSS, não concedeu qualquer antecipação. “Não há um trabalhador sequer que não esteja ansioso para receber o 13º diante desta que é uma das maiores crises econômicas da história de nosso país causada pela política econômica do Governo Bolsonaro e agravada pela pandemia da Covid-19”, comenta o diretor do Sindicato dos Bancários do Rio, Ronald

# Confira como foi a negociação permanente na Caixa

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa Econômica Federal participou na última quinta-feira, dia 3 de dezembro, da primeira mesa de negociação permanente com a direção da empresa, desde a negociação coletiva que culminou com o Acordo Coletivo de Trabalho 2020-2022. Há várias pendências, o que gerou acúmulo das seguintes pautas a serem tratadas em um ano marcado por tantas mudanças: teletrabalho, banco de horas, contratações, reestruturação, metas adocedoras, GT Saúde Caixa, GT promoção por mérito, GDP, fórum regional de condições de trabalho e CR444, dentre outras.

## PROTESTO CONTRA REESTRUTURAÇÃO

A CEE iniciou a reunião com dois protestos: primeiro quanto à “reestruturação de natal”, que tem gerado insegurança e aumentado fortemente o nível de estresse dos empregados em diversas áreas, não só pelo momento inoportuno, mas pela absoluta falta de diálogo e transparência. A empresa não expressou qualquer garantia de manutenção de todas as funções de confiança. Outro protesto ocorreu em razão da inércia da direção da empresa em se posicionar em defesa da Caixa e de seus empregados quanto à infeliz charge que retratava os trabalhadores da empresa como um “bicho preguiça”, publicada no Jornal da Tarde, da Bahia.

“A Caixa diz o tempo todo que reconhece o esforço dos empregados, mas na prática sequer se posicionou em relação à charge”, cobrou o diretor do Sindicato do Rio e membro da CEE, Rogério Campanate.

Como ponto positivo do encontro, a empresa afirmou reconhecer a importância da negociação e manifestou esse reconhecimento através da participação de gestores de diversas áreas na mesa.

## TELETRABALHO

O primeiro assunto tratado foi o teletrabalho sendo que o registro da jornada de trabalho foi uma das principais demandas dos empregados levadas para a direção do banco, que também foram debatidas nos encontros estaduais e no Conecef (Congresso Nacional dos Empregados). A empresa apresentou uma pesquisa de 2019 realizada com aproximadamente 11 mil empregados, quando ainda estava desenhando seu projeto de teletrabalho (praticamente um ano antes da pandemia), e nessa pesquisa a maioria havia sido favorável pela flexibilidade de jornada (sem registro de ponto). Logo em seguida apresentou outra pesquisa realizada este ano com quantidade semelhante de participantes, e ressaltou índices altíssimos de aprovação do home office. “É uma afirmação precipitada afirmar que os altos índices de aprovação sinalizam que os empregados aprovaram a falta de registro de jornada, já que sequer havia perguntas a esse respeito na pesquisa”, explica Campanate.

Os representantes da empresa disseram a direção da Caixa é contrária ao registro de ponto para empregados em home office e que esse registro não resolveria os abusos acerca da quantidade de horas trabalhadas. A CEE considera que o posicionamento contrário da empresa ficou claro ao sequer incluir na pesquisa esse questionamento e que a eficácia do registro de ponto eletrônico no controle dos abusos sobre a jornada ficou comprovada historicamente.

“Os gerentes gerais, que não batem ponto, só tiveram uma solução para esses abusos quando as agências passaram a ter horário de fechamento, o que obviamente não é possível no home Office”, exemplifica o sindicalista.

## PÓS-PAIDEMIA

O movimento sindical manifestou diversas outras preocupações dos trabalhadores, como a garantia de que o encaminhamento do empregado para

federal não é mera coincidência”, disse Rogério.

A CEE se comprometeu a estudar a proposta que, embora seja de interesse de muitos empregados, configura-se como o “início do fim” do pagamento de horas extras, que faz diferença a outros tantos trabalhadores.

## MAIS CONTRATAÇÕES

Os bancários defenderam ainda a necessidade de contratações de novos concursados, já que a situação da sobrecarga de trabalho se agravou com o PDV (Plano de Demissão Voluntária), reduzindo o quadro funcional.

Ficou muito claro para os empregados de que não há qualquer iniciativa da direção da empresa em contratar mais funcionários, sob o argumento da atipicidade do momento em que vivemos.

Sobre o PDV informaram que funções gerenciais serão mantidas,

não da empresa.

“O Sindicato conversou com alguns gestores e a queixa principal era justamente a falta de informações ou informações desconstruídas, as falhas de comunicação entre as vice-presidências da empresa também ficaram muito claras na mesa”, explica Campanate.

## FALTA DE PLANEJAMENTO

Outro questionamento realizado pela CEE foi a respeito das evidentes deficiências de planejamento por parte da direção da empresa: sucessivas obras e mudanças e muitas rescisórias de contratos de locação. No Rio, em um período aproximado de um ano houve mudanças da Barroso para o Passeio, do Passeio para o Aqwa e agora do Aqwa para outras unidades.

“Fizeram uma reestruturação no início do ano para desonerar as agências e criaram centralizadoras para tratar a inatendimento, e no último mês do ano atribuem novamente a inatendimento como item de meta para as agências. Essa falta de planejamento agrava o estresse já elevado em razão da sobrecarga de trabalho e do aumento das metas durante o mesmo exercício e diante da pandemia, o que adoce ainda mais os trabalhadores”, acrescenta o sindicalista.

Sobre os gastos com obras, mudanças e multas a área de logística o banco informou que foram realizados diversos estudos a respeito. “Só não explicaram como foram realizados estes estudos que levam tanto tempo para executar um processo tão atabalhado. Sobre as metas, o silêncio da empresa”, afirma.

## PROMOÇÃO POR MÉRITO

A Caixa se comprometeu a agendar ainda nesta semana a reunião do GT Promoção por Mérito, assim como incluir a representação dos empregados nas discussões sobre a GDP (Gestão de Desempenho de Pessoas). “Nós sempre lutamos pelo fim da GDP, mas diante da intransigência da empresa é necessário participar da discussão para criar a possibilidade de tornar o sistema menos injusto e subjetivo”, justifica Rogério.

Também foi cobrado do banco o agendamento do GT Saúde Caixa, para o qual a empresa alega estar apenas finalizando algumas formalidades.

Os representantes da empresa fizeram ainda uma apresentação acerca do CR444, mas não houve tempo para o debate por haver expirado o tempo da reunião. A CEE solicitou que seja agendada nova mesa para debater as demais pautas e aprofundar os debates já iniciados, mas desde já alerta que os trabalhadores precisam se proteger e não ceder à imposição de metas sem o devido respaldo normativo, pois a apuração da qualidade de vendas pela empresa pode ensejar a abertura de processos disciplinares. Desta forma, o atingimento de metas sem os devidos cuidados em razão da preocupação com a manutenção da função de confiança pode acarretar até mesmo na perda do emprego.



*A primeira mesa de negociação permanente após a assinatura do ACT foi realizada por meio digital, em função da pandemia da Covid-19*

essa modalidade seja realizado somente com a concordância do mesmo, a disponibilidade de espaços físicos para o trabalho presencial diante da entrega de tantos prédios ocupados pela empresa, a necessidade de uma ajuda de custos a exemplo do que vem sendo negociado com outros bancos, entre outros itens. Os representantes da Caixa deixaram claro que essa negociação se refere a teletrabalho em geral, e não apenas ao contingenciamento pandêmico, e apontou que o projeto remoto no modelo atual deve ser prorrogado até o dia 31 de janeiro de 2021.

## BANCO DE HORAS

Em seguida, apresentaram uma proposta para negociação de banco de horas. “Estranhamente, o banco alega que as outras instituições financeiras já possuem acordos sobre bancos de horas apesar de se negar a negociar o registro de ponto no home office, também já sendo acordado exatamente pelos mesmos bancos, demonstrando, a exemplo da pesquisa que não indagou acerca do registro de ponto, que seleciona o tipo de informação que lhe é conveniente. “Qualquer semelhança com o governo

mas que parte das funções técnicas serão definitivamente recolhidas, não apresentando, no entanto, qualquer vínculo entre o PDV e a diminuição de atividades que ensejariam o recolhimento dessas funções. A CEE disse que é conveniente para a direção da empresa implementar uma reestruturação simultaneamente à reabertura do PDV, gerando uma “oportunidade” de pressionar o público alvo a aumentar o número de adesões, que ficou abaixo da metade da quantidade pretendida.

“Na reestruturação, mais uma vez, o comportamento da direção da empresa se assemelha ao do governo federal: o negacionismo. Áreas inteiras sendo remanejadas, extinção de unidades e/ou de funções, pessoas sendo realocadas, e os representantes da Caixa negam que haja uma reestruturação” disse o dirigente sindical.

## RUÍDO NA COMUNICAÇÃO

Ao cobrar transparência, a CEE recebeu a resposta do banco de que os gestores teriam recebido as informações e o problema de comunicação, portanto, seria desses gestores e